

O PROGRAMA UM MILHÃO DE CISTERNAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

*Naidison de Quintella Baptista **

Mum encontro de lideranças comunitárias, ao se avaliar projetos que findavam cuja continuidade era desejada, mas sem contar com muitas possibilidades concretas para tanto, um agricultor fez a seguinte assertiva: *"Para ricos tem política e para pobres tem projetos"*.

Em outra ocasião, comentando pequenas brigas existentes entre duas comunidades, um outro agricultor dizia: *"Uma comunidade está sendo política com a outra e isso não é bom"*.

As duas afirmações expressam concepções variadas de política. Ser político com outro, na segunda afirmação, leva ao entendimento de que uma comunidade tem animosidade com a outra e, por isso, não conseguem trabalhar juntas. Consequentemente, política é uma coisa ruim. Já a primeira afirmação remete a reflexões mais profundas do significado da política, aspecto que interessa analisar melhor neste texto.

As circunstâncias em que a última frase foi pronunciada levam a identificar os projetos como ações sem muita continuidade, pequenos, sem garantia de seqüência, mesmo quando estão dando certo. Através deles, descobre-se a solução dos problemas, mas não se tem meios de fazê-la chegar a todos, de modo mais universal. São pontuais. A política, ao invés, se

apresenta como algo mais seqüenciado, continuado, com garantia de continuidade. Dir-se-ia que algo mais processual e tendendo a uma dimensão de universalização.

Com uma criticidade aguda, o primeiro agricultor distinguia as classes sociais por aquilo a que elas podem ter acesso: para uns... há políticas. Para outros... projetos.

Hoje em dia, nos mais variados ambientes, já se ousa afirmar que se quer, também para os pobres, políticas conseqüentes e de qualidade. E os excluídos da política e da sociedade já se colocam na perspectiva não apenas de aguardá-las, como uma doação, e sim de conquistá-las e construí-las.

Este é o tema do presente texto, no qual tentamos analisar a prática do **Programa Um Milhão de Cisternas (PIMC)**, da ASA (Articulação do Semi-Árido), na ótica não apenas de um projeto, por mais bem feito que seja, mas da busca de construção de políticas de água. Deste modo, se quer, de um lado, identificar os passos dados na construção de políticas e, de outro, aqueles que ainda se constituem em lacunas.

Partilha-se, assim, da opinião daqueles que afirmam serem importantes os projetos como escola e espaço de aprendizagem para a construção de políticas, sendo essas fundamentais, pois, sem as mesmas,

não se obtém seqüência na caminhada e mudanças mais significativas na sociedade.

A ORIGEM DO PROGRAMA

O Programa Um Milhão de Cisternas, uma das várias iniciativas da ASA, nasceu no bojo de uma luta histórica dos movimentos sociais pela viabilização do semi-árido.

De seca em seca construiu-se uma imagem do semi-árido na qual predominava a penúria, a inviabilidade, os animais mortos, as safras perdidas, a migração, as pessoas sem água até para beber. E, neste contexto, as esmolas, as frentes de trabalho, o assistencialismo, o enraizamento do coronelismo e clientelismo. Não é em vão que sempre se falou na indústria da seca e que esta servia para aumentar o empobrecimento daqueles que já eram pobres, enriquecendo a pequena minoria que dela sempre se aproveitou.

As organizações populares, dos mais variados matizes, sempre se preocuparam em reverter esta situação, investindo naquilo que denominaram, ao invés de luta contra a seca, de processo de convivência com o semi-árido. Era preciso mudar a matriz da intervenção, buscando-se educar as pessoas e desenvolver tecnologias de

convivência com o semi-árido, tornando, assim, a vida possível nesta região.

A ASA

É neste contexto de luta pelo semi-árido que surge a ASA - Articulação no Semi-Árido Brasileiro. A ASA é um fórum que congrega mais de 900 organizações da sociedade civil, como grupos ligados às igrejas católica e evangélica, ONGS de desenvolvimento e ambientalistas, associações de trabalhadores(as) rurais e urbanos(as), entidades comunitárias, sindicatos e federações de trabalhadores(as) rurais, movimentos sociais e organismos de cooperação internacional que trabalham para o desenvolvimento social, econômico e político do semi-árido brasileiro.

Criada em julho de 1999, a partir da luta de todos os grupos acima elencados e definida enquanto espaço de articulação política da sociedade civil no semi-árido brasileiro, a ASA possui a missão de "fortalecer a sociedade civil na construção de processos participativos para o desenvolvimento sustentável e convivência com o semi-árido, referenciados em valores culturais e de justiça social".

Nesses quatro anos ininterruptos de trabalho, a ASA já possui concretamente implementadas propostas permanentes de convivência com o semi-árido brasileiro. Talvez o maior destes resultados seja o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-Árido: um Milhão de Cisternas Rurais - PIMC.

O PIMC

No âmbito da ASA, o Programa Um Milhão de Cisternas nasceu de múltiplas e variadas experiências desenvolvidas por organizações da sociedade civil, na busca de se criar

melhorias de condições de vida e desenvolvimento para o semi-árido.

Efetivamente, sempre que abordavam famílias de agricultores familiares no semi-árido, estas organizações se defrontavam com a questão da água e, de modo especial, a água para consumo humano. Era imperativo encontrar-se uma solução. E nascem, assim, as cisternas. Com apoio forte e decisivo da Cooperação Internacional a experiência foi surgindo, se difundindo, crescendo.

Detentora de uma tecnologia simples, acessível e de boa governabilidade por parte das comunidades, foi-se espalhando de comunidade em comunidade, de grupo em grupo, formando uma teia forte e promissora.

O Programa Um Milhão de Cisternas Rurais nasce desta caminhada. Seu real título: **Programa de Formação e Mobilização para Convivência com o Semi-árido**, expressa a metodologia e objetivos que persegue, centrando-se não na obra física da cisterna, mas num processo educativo que tem a cisterna como elemento aglutinador e mobilizador. Objetiva-se, assim, uma mudança de paradigma, na busca de envolver as comunidades e pessoas na solução de seus problemas.

O PIMC estabelece, junto às comunidades rurais do semi-árido brasileiro, um processo de capacitação que quer envolver, diretamente, ao final de cinco anos, 1.000.000 de famílias. Neste processo, aborda-se a questão da convivência com o semi-árido, enfocando especificamente o gerenciamento de recursos hídricos, a organização das comunidades, o fortalecimento das organizações existentes, a construção de cisternas, o gerenciamento de recursos públicos e a administração financeira dos recursos advindos do PIMC.

Seu objetivo principal é contribuir,

através de um processo educativo, para a transformação social, visando a preservação, o acesso, o gerenciamento e a valorização da água como um direito essencial da vida e da cidadania, ampliando a compreensão e a prática da convivência sustentável e solidária com o ecossistema do semi-árido.

São objetivos específicos do PIMC:

- Mobilizar a sociedade civil para implementação do programa;
- Criar mecanismos que promovam a participação de todos os atores envolvidos na gestão do projeto e no controle social;
- Propiciar o acesso descentralizado à água para consumo humano a 1.000.000 de famílias, aproximadamente 5.000.000 de pessoas;
- Melhorar a qualidade de vida de 5.000.000 de pessoas da região semi-árida, especialmente crianças, mulheres e idosos;
- Fortalecer as organizações da sociedade civil envolvidas na execução do Programa, visando garantir as condições necessárias ao desempenho eficaz e eficiente do PIMC;
- Implementar um processo de formação que considere a educação para a convivência com o semi-árido e a participação nas políticas públicas;
- Difundir, no conjunto da sociedade brasileira, uma correta compreensão do semi-árido brasileiro.

PORQUE AS CISTERNAS

Uma das grandes questões do semi-árido, ao lado da pouca e irregular chuva e da grande evaporação, é a

diminuta capacidade de captação e retenção das águas das chuvas. Com índice de pluviosidade que varia entre 400 e 700 mm ano, a região deixa perder boa parte das águas de chuva, por falta de tecnologias e instrumentos adequados à sua captação.

Neste contexto, as cisternas aparecem como uma das possíveis tecnologias importantes e viáveis.

As cisternas são pequenas construções, realizadas com tecnologias simples e acessíveis, de baixo custo, para captação de água das chuvas. Ligadas por canos e bicas aos telhados das casas, tornam possível a captação da água que, de outra maneira, sempre se perde.

Durante os últimos vinte anos muitos agricultores e agricultoras têm adotado este sistema de captação de água, proposta esta firmada como de baixo custo, bons resultados, ótima aceitação por parte da população. Podem, além disso, adequar-se ao tamanho do telhado da casa da família e armazenar a água necessária ao consumo humano (beber e cozinhar),

entre uma chuva e outra. Via de regra, uma cisterna armazena 16 mil litros de água, suficiente para abastecer uma família com quatro pessoas, por cerca de 09 a 10 meses.

Seu custo é acessível, situando-se por volta de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), incluídos todos os componentes do Programa: mobilização e sensibilização das famílias para o projeto, formação das famílias em gerenciamento de recursos hídricos e convivência com o semi-árido, formação de pedreiros, construção e processos de controle social pelas comunidades e municípios.

As famílias que têm acesso às cisternas se sentem imediatamente beneficiadas pelo seu uso. Além de terem disponibilidade de uma água pura e limpa para beber e cozinhar, verifica-se uma diminuição de doenças transmissíveis pela água, como diarréias e verminoses e, por conseguinte, da mortalidade infantil. A mulher, geralmente a encarregada do abastecimento de água da casa, livra-

se também da obrigação de caminhar quilômetros para buscá-la.

Esta mudança na vida dos agricultores termina por ter também um impacto político, gerado pelo fato de que as pessoas não mais necessitam dar seu voto aos políticos que “doam” a água, tornando-se, assim, independentes e cidadãos. Muitas pessoas afirmam que, após a cisterna, podem votar nos candidatos que quiserem, porque não mais dependem dos políticos para o abastecimento de água com os famosos “carros pipas”.

A CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA E SUA TRAJETÓRIA EM DIREÇÃO A UMA POLÍTICA PÚBLICA

Sonhar com um programa grandioso como o PIMC é algo que alimenta a luta daqueles que querem um semi-árido viável e digno de seus filhos e filhas. O sonho é importante, porque ele delinea horizontes, ajuda a projetar ações, alimenta a vida. Torná-lo, no entanto, viável e palpável, exigia da ASA algumas ações e a superação de alguns desafios, entre eles:

1. Sistematizar as práticas relativas às cisternas identificando, a partir da reflexão das mesmas, elementos fundamentais para a construção de uma ação comum e uma política. Entre estes elementos destacam-se:

- Concepção dos processos de cisternas e sua relação com a convivência com o semi-árido;
- Metodologias adotadas pelos vários grupos, ressaltando seus pontos comuns, as diferenciações e as possíveis interfaces;
- Tecnologias existentes, identificando sua diversidade, pontos comuns e possíveis

Foto: Arquivo SPM



interfaces, uma vez que na caminhada entre as comunidades foram feitas adequações às tecnologias iniciais;

- Determinação de elementos básicos que deveriam estar no projeto;
- Sustentabilidade do processo, governabilidade pelas comunidades;
- Lacunas.

2. A partir desta sistematização, elaborar um projeto amplo, o mais completo possível, unificando procedimentos, contemplando as diversidades, explicitando metodologias, princípios, custos, processos, de sorte a possibilitar a transformação das práticas do projeto em políticas. Isso significou, da parte das instituições da ASA, um significativo esforço para sair da mentalidade e da prática do “comunitarismo”, onde a experiência permanece fechada em si, em seu círculo, protegida por uma redoma, evitando contatos com o mundo exterior; decidiu-se, assim, ingressar no espaço de construção de políticas.

3. Passos subseqüentes foram a busca de parceiros que, respeitando a metodologia do programa, construíssem em conjunto a caminhada. Trilhou-se pelo Banco Mundial, pela Agência Nacional de Águas, pela Presidência da República, já na época do Presidente Fernando Henrique Cardoso, pela Cooperação Internacional, pelo Ministério do Meio Ambiente. Principalmente, trilhou-se pela imprensa, na busca de socializar a proposta com a comunidade brasileira e formar uma opinião pública favorável ao projeto. Resultado é que hoje o projeto ganhou a opinião pública, criou uma opinião favorável da comunidade brasileira, conquistou aliados junto ao Governo – especialmente no Governo Lula –,

junto ao empresariado brasileiro, à comunidade e ganha corpo cada vez mais.

4. Desafio dos desafios era mudar os parâmetros de trabalho, passando para a ação em escala, sem com isso perder a qualidade educativa da intervenção das entidades.

O FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA

1. Dados básicos do seu funcionamento

O Programa Um Milhão de Cisternas funciona a partir de uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) com sede em Recife-PE e que se denomina Associação Programa Um Milhão de Cisternas. Através dela operam-se os convênios e contratos que, por sua vez, são repassados para 48 Unidades Gestoras Micro-Regionais, que atuam nos 11 estados onde o Programa funciona.

Dentro dos parâmetros de educar para conviver com o semi-árido e de assumir a cisterna e sua construção como um elemento educativo das comunidades, o programa foi montado e funciona a partir dos seguintes componentes e processos:

1.1- Formação de Comissões Regionais e Municipais do Programa, a partir das quais, seguindo-se os critérios estabelecidos, escolhem-se os municípios, as comunidades e as pessoas que serão beneficiadas. Estas comissões realizam também todo o controle social do programa nos seus respectivos domínios, através de várias reuniões e do monitoramento de toda a caminhada. Os critérios básicos de escolha das famílias são os seguintes:

- a) índice de pobreza;
- b) presença de mulheres cabeça de família;

- c) presença de crianças em idade escolar;
- d) presença de deficientes
- e) presença de idosos.

Uma vez que as próprias comunidades, com base nos critérios existentes e com poder para agregar outros, escolhem as pessoas a serem beneficiadas, quebra-se uma das lógicas de dominação em exercício no semi-árido: as pessoas não são mais indicadas pelo prefeito, pelo vereador, pelo fazendeiro, pelos líderes religiosos, enfim, pelas autoridades. A indicação não vem mais de cima. As comunidades debatem, escolhem e decidem. Sabem que a cisterna não é o resultado de um ato de bondade e de caridade de pessoas, mas sim um direito que lhes assiste.

1.2- Formação das famílias em gerenciamento de recursos hídricos e convivência com o semi-árido.

1.3- Formação de pedreiros responsáveis pelos processos de construção das cisternas.

1.4- Construção efetiva das cisternas, com real participação das famílias no próprio processo de construção.

1.5- Entrega das cisternas às famílias, que assinam um termo de recebimento das mesmas, onde constam dados das famílias e da cisterna.

Todos os dados, físicos e financeiros do programa são lançados on line em software, através do qual, em tempo real, os executores, coordenadores e financiadores podem fazer um acompanhamento de sua execução. Este fato confere à experiência um grau ímpar de transparência.

2. Alguns dos seus resultados e o futuro

O PIMC conseguiu colocar na

consciência da comunidade brasileira, do governo federal e de algumas empresas, entre elas a Federação Brasileira dos Bancos, que a água é um direito humano básico e que todos somos responsáveis por fazer com que esse direito seja respeitado, especialmente naquilo que se refere às comunidades e pessoas do semi-árido.

Deste modo, tendo sido aceito pelo Programa Fome Zero, do Governo Federal, como uma das ações estruturantes do Programa e, tendo conquistado a parceria de entidades internacionais e de empresas como a Federação Brasileira dos Bancos, o PIMC apresenta, hoje, os seguintes resultados e perspectivas:

2.1. Resultados

Com dados colhidos no dia 17.11 e com um ano e pouco de real funcionamento, são os seguintes alguns dos seus resultados:

- √ 55.725 famílias mobilizadas, capacitadas em recursos hídricos e convivência com o semi-árido e tendo recebido suas cisternas;
- √ 296.003 pessoas contempladas e dispendo de água de qualidade para beber e cozinhar. Dessas pessoas:
 - √ 127.841 são crianças e adolescentes;
 - √ 152.577 são adultos;
 - √ 15.585 são idosos.

Trata-se, por conseguinte, de uma mudança qualitativa de vida que vai sendo operada pouco a pouco, com a participação e envolvimento efetivo das pessoas, sem caráter assistencialista e construindo um outro patamar de desenvolvimento.

Importante destacar que, na metodologia do Programa, as cisternas funcionam como elemento aglutinador e propulsor de outros fatores. Assim é que outras ações vêm se agregando como melhoria habitacional, construção de casas e de fossas

sépticas, crédito, assistência técnica, educação para a convivência com o semi-árido e outros.

2.2. As perspectivas

O PIMC é um programa ambicioso. Muitas são as metas físicas a serem alcançadas. Contudo, não se situa apenas nas metas a sua eficácia e sim no processo educativo, que contribui para desconstruir mentalidades, hábitos, culturas e, em seu lugar, edificar outras que levem a uma convivência com o semi-árido.

Encontrando-se, hoje, no patamar de resultados e de compromisso elencado acima, seu desafio é efetivamente ser assumido enquanto política pública pelo governo federal que, aliás, vem dando bons sinais nesta direção. Uma das virtudes do Governo Lula, efetivamente, foi assumir esta proposta enquanto proposta de política e buscar executá-la em parceria com a sociedade civil, sem descaracterizá-la.

Contudo, é de se saber que as relações entre sociedade civil e poder público, por mais parceiras que sejam, apresentam sempre questões a serem analisadas, pontuadas, refletidas, pois diferentes são os tempos da sociedade e do governo, diferentes são as concepções de cumprimento de metas e resultados, de prazos e da própria construção da política.

Construir acordos, propostas comuns, sem que os sujeitos envolvidos na caminhada – sociedade civil e poder público – abdicuem de suas identidades, de seus propósitos e funções - é o grande desafio que se coloca para a ASA e para o Governo Federal neste momento.

Finalmente, a ASA, para que possa manter sua autonomia e identidade, tem necessidade urgente de identificar fontes alternativas de financiamentos, sem que isso signifique abrir mão de recursos governamentais. Afinal de

contas, o acesso à água potável de qualidade é um direito básico de todas as pessoas e, sua viabilização, um dever do estado.

CONCLUINDO

Retomando as conversas dos agricultores a que aludimos na introdução deste texto, constatamos que a experiência do PIMC caminha para se tornar uma política. Alguns elementos apontam para isso:

- Deixou de ser um projeto pequeno, pontual e suas ações apontam para a universalização do atendimento;
- Começa a ter uma seqüência que o impede de ser interrompido, embora ainda em escala pequena. Começa a constar oficialmente dos orçamentos públicos, mas ainda de modo tímido, inicial. Não há ainda garantia real de sua efetiva continuidade, apesar da simpatia de que goza.

A maior alegria daqueles que com ele se envolvem é que a assertiva do primeiro agricultor começa a ser desconstruída. Ela dizia que para ricos tem políticas e para pobres há projetos. Em segundo lugar, porque reverte a afirmativa do segundo agricultor, pois surge na prática uma concepção positiva de política entre os pobres.

A prática do PIMC começa a sinalizar – embora ainda embrionariamente – a passagem de um projeto construído pelos pobres e voltado para a realidade do semi-árido, para políticas.

Nosso grande desafio é não deixar este sonho espairecer. E este desafio não é apenas da ASA e sim do Governo e da sociedade brasileira.

** Naidison de Quintella Baptista é Coordenador Executivo da Asa no estado da Bahia e Secretário Executivo do Movimento de Organização Comunitária.*